TERMO DE REFERÊNCIA

1. INFORMAÇÕES GERAIS

- Número do processo administrativo: 011/2025
- Inexigibilidade de Licitação: 002/2025
- Órgão ou entidade demandante: Superintendente
- Responsável pelas informações do TR: Adriana Matiles Bernardo

2. CONCEITUAÇÃO DO OBJETO

2.1. Objeto a ser contratado

Contratação de profissional com notória especialização em regimes próprios de previdência social (RPPS) para assessorar o SERTPREV e apresentar exposição técnica durante audiência pública promovida pela Câmara Municipal de Sertãozinho, abordando as razões da reforma previdenciária municipal e as principais regras propostas nos projetos de lei correlatos.

2.2. Natureza do objeto

Serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual.

2.3. Fundamentação da contratação

Artigo 74, inciso III, alínea "c" da Lei 14.133/2021.

2.4. Há legislação especial que deva ser considerada na contratação?

Não.

2.5. Justificativa da contratação



A Emenda Constitucional nº 103/2019 promoveu alterações significativas na legislação previdenciária aplicável aos entes federativos, impondo obrigações e prazos para a adequação dos regimes próprios de previdência social (RPPS). Entre as principais exigências estão:

- A obrigatoriedade de instituição de alíquota mínima de contribuição;
- A necessidade de revisão da estrutura atuarial e financeira do RPPS;
- A adoção de medidas para garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do regime;
- O envio de informações periódicas e estruturadas ao Ministério da Previdência.

Diante da complexidade técnica das alterações promovidas, torna-se imprescindível contar com apoio especializado, com notório conhecimento na área, para assegurar o cumprimento adequado das normas constitucionais, infraconstitucionais e das orientações do Ministério da Previdência Social, evitando a aplicação de sanções, suspensão de certidões e prejuízos à administração pública.

2.6. Requisitos da contratação

A contratação será realizada através de inexigibilidade de licitação conforme disposto no artigo 74, inciso III, alínea c, da Lei n.º 14.133/2021:

- Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
- III <u>contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza</u>

 <u>predominantemente intelectual</u> com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:
- c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias.
- 2.6.1. Natureza técnica e intelectual do serviço
 - O serviço deve ser de natureza técnica especializada, que demande conhecimento específico, como:
 - Consultoria jurídica e previdenciária;
 - Elaboração de estudos técnicos/atuariais:
 - Assessoria para adequação à EC 103/2019;

SERTPREV

Instituto Municipal de Previdência de Sertãozinho-SP

Rua Cel. Francisco Schmidt, 1.582 – Centro – CEP 14160-710 - Fone: (16)3945-2781 e-mail: sertprev@sertprev.com.br

Apoio na reestruturação do RPPS.

2.6.2. Notória especialização da empresa

- A contratada deve ter reconhecimento no mercado por sua especialização, demonstrado por:
- Experiência comprovada em outros entes públicos;
- Currículo técnico dos profissionais;
- Publicações, participações em eventos, pareceres técnicos;
- Histórico de bons serviços prestados.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A contratação tem como finalidade a prestação de serviços técnicos especializados de **assessoria e consultoria previdenciária** com o objetivo de atender às exigências legais decorrentes da **Emenda Constitucional nº 103/2019**, que estabeleceu uma nova estrutura normativa para os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) dos entes federativos.

A empresa contratada irá fornecer **apoio técnico qualificado** ao órgão gestor do RPPS, permitindo a correta adequação legal, atuarial e administrativa do regime previdenciário local.

A solução a ser contratada oferece **conhecimento técnico especializado, experiência consolidada na área e metodologia comprovada**, o que assegura que as ações necessárias para o cumprimento da legislação vigente serão implementadas com segurança jurídica, eficiência administrativa e responsabilidade previdenciária.

Além disso, a contratação permitirá **evitar penalidades e restrições**, como a suspensão do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), o que inviabilizaria a celebração de convênios e recebimento de transferências voluntárias da União.

Dessa forma, a solução apresentada pela empresa MÁRIO BRUNHARA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCAIA atende plenamente às necessidades do Instituto, sendo adequada, eficaz e alinhada ao interesse público.

3.1. Prazo para início da execução do objeto

A prestação de serviço será realizada eu Audiência Pública a se realizar nos dias 08 e 09 de outubro de 2025.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. Como atingiremos os resultados pretendidos na contratação?

Para atingir os resultados pretendidos, a contratação deverá ser executada de acordo com as especificações e prazos definidos neste Termo de Referência.

4.2. Forma de execução do objeto

Prestação de serviço imediata.

5. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. A contratação será vinculada à liberação da nota de empenho a ser emitida após a conclusão do processo, em razão da especificidade da presente contratação, por se tratar de um serviço de assessoramento
- **5.2.** A adjudicatária terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para aceitar a Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.
- **5.3.** Será vedada a subcontratação nos termos do artigo 74, §4º da Lei nº 14.133/2021.

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

6.1. Prazo de pagamento:

Até 20 dias contados da emissão da Nota Fiscal emitida pela CONTRATADA, após a devida conferência pelo CONTRATANTE.

7. É UMA CONTRATAÇÃO DIRETA?

Sim.

7.1. É um caso de inexigibilidade de licitação?

Sim. Artigo 74, inciso III, alínea c, da Lei n.º 14.133/2021.

7.1.1. Qual a justificativa para seleção do fornecedor?

Será contratada a empresa MÁRIO BRUNHARA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA - CNPJ: 40.066.180/0001-29.

A empresa foi selecionada para a prestação dos serviços técnicos especializados em assessoria previdenciária em razão de sua notória especialização e experiência comprovada no apoio a Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) em diversos entes da federação, especialmente no contexto de adequação às exigências da Emenda Constitucional nº 103/2019.

Dessa forma, resta demonstrada a notória especialização exigida para a contratação.

8. EXISTE A NECESSIDADE DE ELABORAR UM EDITAL DE SELEÇÃO?

Não.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. Valor máximo total da contratação:

O valor da contratação é de R\$ 5.450,00 (cinco mil quatrocentos e cinquenta reais) referente a 2 (dois) dias de Audiência Pública.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Previsão orçamentária para a contratação

Existe previsão no orçamento.

10.2. Rubrica orçamentária para a contratação

Dotação Orçamentária: 09.122.0054.2.901 - Natureza: 3.3.90.39.00.

11. NOMEAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Adriana Matiles Bernardo.

12. APROVAÇÃO

Sertãozinho - SP, 07 de outubro de 2025.

Vanderlei Moscardini de Oliveira – Superintendente